

Agenda Territorial 2030

Um futuro para todos os territórios



#TerritorialAgenda
A future for all places

Reunião informal de Ministros Responsáveis pelo
Ordenamento do Território e Desenvolvimento
Territorial e/ou Coesão Territorial

1 de dezembro de 2020, Alemanha



AGENDA TERRITORIAL 2030

Um futuro para todos os territórios

I Preâmbulo

- (1) Nós, os ministros responsáveis pelo ordenamento do território, pelo desenvolvimento territorial e/ou pela coesão territorial, em cooperação com a Comissão Europeia, com o Parlamento Europeu, com o Comité das Regiões Europeu, com o Comité Económico e Social Europeu, com o Grupo do Banco Europeu de Investimento e com as associações europeias e nacionais competentes, procedemos à revisão da Agenda Territorial lançada em 2007 e atualizada em 2011 e adotámos a Agenda Territorial 2030.
- (2) Incentivamos os nossos homólogos nos países vizinhos a tomarem nota da Agenda Territorial e a juntarem-se a nós na sua implementação a nível europeu, transnacional, macrorregional e transfronteiras. Convidamos todos a utilizar a Agenda Territorial nos seus países a nível nacional, regional e local e em cooperação com outros países.
- (3) Encorajamos todas as pessoas envolvidas nas políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento territorial a todos os níveis administrativos e de governação na UE e nos países vizinhos a implementarem a Agenda Territorial. A Agenda Territorial é aplicável em toda a parte, focalizando-se nas relações recíprocas e no bem-estar das pessoas.
- (4) A Agenda Territorial tem por base as conclusões do «State of the European Territory Report» (Relatório sobre o estado do território europeu) do OROTE (2019), do «European Territorial Reference Framework» (Quadro de referência territorial europeu) do OROTE (2019) e do sétimo relatório intercalar sobre a coesão económica, social e territorial da Comissão Europeia (2017). Tem igualmente em consideração os relatórios recentes sobre o ordenamento do território, a coesão territorial e o desenvolvimento territorial, a política de coesão da UE e as partes pertinentes das políticas setoriais da Comissão

Europeia, do Comité das Regiões Europeu e do Grupo do Banco Europeu de Investimento.

- (5) A Agenda Territorial tem em conta os quadros estratégicos e as agendas políticas recentes, nomeadamente a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (2015), o Acordo de Paris (2015), a Nova Agenda Urbana das Nações Unidas (2016), o documento de reflexão da Comissão Europeia intitulado «Para uma Europa sustentável até 2030» (2019), a proposta para a futura política de coesão da UE 2021-2027 (2018), a Agenda Urbana da UE (2016), a nova Carta de Leipzig (2020), a Declaração de Cork 2.0 — Uma vida melhor nas zonas rurais (2016) e os princípios da OCDE sobre a política urbana e a política rural (2019), bem como o Pacto Ecológico Europeu, juntamente com o seu Plano de Investimento para uma Europa Sustentável e o seu Mecanismo para uma Transição Justa (2020), o programa de recuperação da União (2020) e as conclusões pertinentes das Presidências austríaca, romena, finlandesa e croata do Conselho da UE.
- (6) A Agenda Territorial proporciona um quadro de ação para promover a coesão territorial na Europa. Introduzido pelo Tratado da União Europeia (artigo 3.º do TUE), a coesão territorial é um objetivo da União Europeia, que significa promover um desenvolvimento territorial equilibrado e harmonioso entre e no interior dos países, das regiões, das cidades e dos municípios, bem como assegurar um futuro para todos os territórios e pessoas na Europa, assente na diversidade dos territórios e na subsidiariedade. Viabiliza uma maior igualdade de oportunidades, nomeadamente no que diz respeito ao acesso aos serviços públicos por parte das pessoas e das empresas, independentemente da sua localização. À escala urbana, estes aspetos são abordados na nova Carta de Leipzig. A coesão territorial reforça a solidariedade para promover a convergência e reduzir as desigualdades entre os territórios com melhores condições e aqueles com perspetivas menos prósperas ou mais atrasados em termos de desenvolvimento. A coesão territorial ajuda todos os territórios a terem o melhor desempenho possível ao utilizarem os seus próprios recursos através do investimento de base local, o que beneficia a Europa no seu conjunto e cada país individualmente.

- (7) A Agenda Territorial salienta a importância e faculta orientações para um ordenamento estratégico do território e apela ao reforço da dimensão territorial das políticas setoriais a todos os níveis de governação. Procura promover um futuro inclusivo e sustentável para todos os territórios e ajudar a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Europa.
- (8) É essencial reduzir as desigualdades que impedem a Europa, os países, os municípios e as regiões a tirarem partido do seu sucesso, o que só pode ser alcançado prestando mais atenção à diversidade dos locais na Europa, juntamente com o seu potencial e desafios de desenvolvimento.
- (9) Durante a revisão da Agenda Territorial, a pandemia de COVID-19 alterou a elaboração de políticas e as perspetivas de desenvolvimento futuro. Uma vez que as implicações e as respostas políticas variam de território para território devido a diferentes condições, a pandemia revela que os territórios são importantes e altamente interdependentes. A coesão territorial deve desempenhar um papel importante no processo de recuperação. As políticas de desenvolvimento territorial e a cooperação para a realização de objetivos comuns são essenciais para aumentar a resiliência dos municípios, das regiões e dos países, reforçando, simultaneamente, os seus processos de recuperação.
- (10) Em conformidade com o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (artigos 174.º, 175.º e 349.º do TFUE), todas as políticas e ações da União devem contribuir para a coesão económica, social e territorial. Trabalhar no sentido de uma coesão territorial sustentável e reduzir as desigualdades entre as pessoas e os territórios requer esforços conjuntos. Para o efeito, as políticas setoriais, as autoridades municipais, regionais, nacionais, da UE e outras, bem como os vários grupos da sociedade devem congregar esforços. Devem cooperar para estabelecer um equilíbrio entre a inclusão, a sustentabilidade, a competitividade e a resiliência através do desenvolvimento territorial integrado, participativo e inovador.
- (11) Para assegurar um desenvolvimento inclusivo e sustentável, as administrações públicas regionais e locais poderão necessitar de apoio externo. Esse apoio pode ser prestado ao abrigo da política de coesão da UE e da política de

desenvolvimento rural no âmbito da política agrícola comum, com objetivos e investimentos em todas as regiões. Tal reveste-se de particular relevância para os territórios com perspectivas futuras menos prósperas, aqueles que estão mais atrasados em termos de desenvolvimento e os territórios com limitações naturais ou demográficas graves e permanentes.

- (12) O Pacto Ecológico Europeu, juntamente com o seu Plano de Investimento para uma Europa Sustentável e o seu Mecanismo para uma Transição Justa, bem como as políticas setoriais da UE conexas e os trabalhos relativos a uma visão a longo prazo para as zonas rurais, oferecem a oportunidade de promover sinergias entre a Agenda Territorial e as estratégias e políticas globais da UE. O Pacto Ecológico Europeu faz a associação entre os objetivos ecológicos e os objetivos de transição justa, uma vez que visa combater os efeitos da desigual repartição dos efeitos da transição energética, reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e o impacto das alterações climáticas e outros desafios ambientais. Visa transformar os desafios climáticos e ambientais em oportunidades para todos os territórios e fazer com que a transição seja justa e inclusiva para todos. Deste modo, o Pacto Ecológico Europeu oferece a oportunidade de promover sinergias entre a Agenda Territorial e as estratégias e políticas globais da UE. É consentâneo com a ideia de coesão territorial e com a abordagem de base local, tirando partido do potencial diversificado de todos os territórios e melhorando o equilíbrio territorial geral na Europa.
- (13) Apelamos a todas as pessoas envolvidas no desenvolvimento territorial e no ordenamento estratégico do território a todos os níveis a assumirem as prioridades da Agenda Territorial. Apelamos ainda aos responsáveis pela conceção e implementação de políticas setoriais – a todos os níveis de governação – a terem em consideração estas prioridades. A coerência entre todas as políticas da UE, nacionais e subnacionais é importante para a coesão territorial. A maioria das políticas tem impactos territoriais significativos e influencia as oportunidades de desenvolvimento territorial de diferentes formas. As políticas coordenadas e de base territorial podem aumentar consideravelmente a coerência e a eficácia das políticas e reduzir os efeitos negativos das políticas divergentes.

- (14) Apelamos aos decisores políticos e às autoridades dos Estados-Membros, das regiões, das áreas metropolitanas, das cidades, dos municípios, das zonas rurais e de outros territórios que contribuam para futuros inclusivos e sustentáveis para todos os territórios e pessoas. Os territórios com potencial ou desafios comuns podem colaborar na procura de soluções comuns. Os territórios com potencial complementar podem explorar, em conjunto, as suas vantagens comparativas para criar potencial de desenvolvimento adicional. Devemos facilitar a sua capacidade de desenvolver respostas políticas mais eficazes mediante uma cooperação mais estreita.
- (15) A abordagem de base territorial da elaboração de políticas contribui para a coesão territorial. Baseia-se na coordenação horizontal e vertical, na elaboração de políticas informadas com base em dados concretos e no desenvolvimento territorial integrado. Aborda diferentes níveis de governação (abordagem de governação a vários níveis) que contribuem para a subsidiariedade. Assegura a cooperação e a coordenação envolvendo os cidadãos, a sociedade civil, as empresas, as instituições de investigação e científicas e os centros de conhecimento. Em última análise, visa libertar o potencial territorial único relacionado com o capital de base local, os conhecimentos e os recursos, reconhecendo simultaneamente a necessidade de soluções específicas para os diferentes tipos de territórios. O desenvolvimento e a implementação de estratégias europeias, nacionais, regionais e locais com uma abordagem de base local contribuirão para o desenvolvimento e a competitividade a longo prazo dos territórios.
- (16) A Agenda Territorial e a nova Carta de Leipzig partilham como princípios comuns a abordagem de base local, a coordenação de políticas e quadros estratégicos eficazes a vários níveis. A Agenda Territorial defende que estes são princípios globais que são aplicáveis a todos os territórios e setores políticos. A nova Carta de Leipzig faculta orientações para a aplicação destes princípios comuns nas cidades, nas zonas urbanas, nas suas regiões funcionais e nas zonas periurbanas. Por conseguinte, apoiamos o reforço da cooperação entre e em todos os níveis territoriais, nomeadamente as parcerias urbano-rurais.

- (17) Tal como previsto na nova Carta de Leipzig, os princípios da boa governação urbana e da conceção de qualidade asseguram territórios atrativos, inclusivos, sustentáveis, adaptáveis que ajudam a torná-los mais agradáveis e atrativos para as pessoas trabalharem, viverem e desfrutarem. É essencial que as autoridades públicas planeiem de forma pró-ativa uma conceção de alta qualidade e inclusiva ao considerarem o desenvolvimento nas nossas cidades, vilas e aldeias.
- (18) Apelamos às comunidades e à sociedade civil em toda a Europa que ajudem a superar as diferenças de desenvolvimento crescentes entre as pessoas e os territórios. Criar pontes entre as pessoas com diferentes níveis de rendimento e formação, culturas, tradições e religiões é determinante para manter a Europa unida. Devemos facilitar a cooperação e aumentar a solidariedade entre a sociedade civil para reduzir a segregação e promover a inclusão social, bem como utilizar a diversidade como uma mais-valia para o bem-estar de todos.
- (19) Na Europa, a diversidade dos territórios é um potencial subutilizado. A elaboração de políticas de base local pode ajudar a libertar o potencial inexplorado. Para uma Europa inclusiva e sustentável que ofereça perspetivas de futuro a todas as pessoas e territórios, proteja os meios de subsistência comuns e execute transições, é essencial que as políticas setoriais, os níveis de governação, os territórios e os grupos sociais conjuguem esforços.

II Por que razão precisamos de agir

- (20) Estudos recentes, nomeadamente do OROTE, da Comissão Europeia, do Comité das Regiões Europeu, do Banco Europeu de Investimento, do Banco Mundial e de outros intervenientes internacionais, nacionais e regionais, salientam que a Europa não só enfrenta importantes desafios económicos, sociais e ambientais, como também tem um enorme potencial para melhorar as condições de vida em todos os territórios e de todas as pessoas. Tal exige respostas políticas com uma forte dimensão territorial e abordagens coordenadas que reconheçam e utilizem a diversidade e as particularidades dos territórios.
- (21) A Europa é constituída por muitos tipos diferentes de territórios, como as regiões das capitais, as áreas metropolitanas, as cidades de pequena e média dimensão, as zonas periurbanas, as zonas rurais, as zonas periféricas interiores, as zonas periféricas, as zonas setentrionais, as zonas escassamente povoadas, as ilhas, as zonas costeiras, as zonas montanhosas, as regiões ultraperiféricas, as regiões transfronteiriças, as macrorregiões, as zonas em declínio demográfico e as zonas em transformação económica e transição industrial. Estes territórios têm um potencial e desafios de desenvolvimento muito diferentes. A todos os níveis, desde o infralocal ao pan-europeu, existem disparidades económicas e sociais crescentes entre os territórios e as pessoas, a par de riscos e pressões ambientais. Estes são motivados por economias de escala, pelo desequilíbrio no acesso aos mercados e à mão-de-obra qualificada, bem como pelas disparidades na qualidade da governação e dos serviços públicos. Ademais, as ligações e os fluxos entre os territórios, sobretudo ao longo dos corredores, afetam as possibilidades de concretização do potencial ou de dar resposta aos desafios.

Qualidade das administrações públicas e da governação

- (22) A qualidade das administrações públicas e dos processos de governação é um princípio transversal importante para o desenvolvimento local, regional, nacional e europeu. É importante para o bem-estar da sociedade e é uma condição prévia para o crescimento sustentável a longo prazo das condições de vida, dos investimentos, da confiança social e da legitimidade política. Desenvolver e executar estratégias e investimentos de base local requer a cooperação entre as políticas setoriais, bem como entre os níveis de governo e de governação, envolvendo, simultaneamente, as comunidades locais. A capacitação contínua em todos os níveis é particularmente importante para melhorar a execução conjunta das estratégias.
- (23) Tal como salientado no sétimo relatório de coesão, a qualidade das administrações públicas e da governação a todos os níveis varia por toda a Europa. As diferenças mais acentuadas verificam-se entre os países, embora existam igualmente variações no interior dos países. A qualidade medíocre das administrações públicas e da governação acarreta o risco de diminuir a utilidade marginal e as remunerações dos investimentos em infraestruturas, capital humano e tecnologia no território.

As pessoas e os territórios afastam-se

Aumento dos desequilíbrios e das desigualdades

- (24) A mutação da geografia social e económica da Europa é acompanhada pelo aumento das desigualdades, afastando as pessoas e os territórios. Alguns grupos sociais e comunidades têm a perceção de que os objetivos e as perspetivas europeus e nacionais não dão resposta às suas preocupações e expectativas. Esta perceção é expressa no debate da «geografia do descontentamento». Na verdade, o aumento das disparidades sociais e económicas na Europa tem uma dimensão territorial, como a segregação nas cidades, nas zonas ou nas regiões rurais, no interior das regiões ou dos países e no interior da Europa. O aumento das desigualdades e das disparidades

conduziu a uma diversidade considerável no que diz respeito às perspetivas futuras. A Agenda Territorial salienta estes desafios e leva-os ao conhecimento dos decisores políticos.

- (25) São necessárias ações nos domínios que se seguem:
- (26) **Qualidade de vida:** o objetivo subjacente de todas as políticas públicas deve ser aumentar o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos. Estas vão além do desempenho económico, das condições de vida e de aspetos puramente materiais para incluir o acesso aos serviços públicos de qualidade, a liberdade de circulação e a arquitetura e os ambientes construídos saudáveis, resilientes e de elevada qualidade. Têm também uma dimensão territorial que vai desde as disparidades entre os bairros, como a exclusão social e a pobreza urbana, até às disparidades entre as regiões e os países.
- (27) **Serviços de interesse geral:** a acessibilidade, a proximidade, a aquisição não onerosa e a qualidade dos serviços públicos são importantes para a qualidade de vida e para o desenvolvimento empresarial. As necessidades de uma melhor relação custo-eficácia e de uma gestão pública eficiente pode conduzir à retirada ou ao agrupamento de serviços em certos locais. Simultaneamente, as expectativas de disponibilidade e de qualidade aumentam. As diferenças no acesso aos serviços de interesse geral comportam o risco de os prestadores de serviços, as empresas e as atividades sociais se deslocarem, a médio e a longo prazo, para zonas com melhores acessos. As novas tecnologias destinadas aos serviços em linha podem reduzir a sensibilidade das zonas periféricas a essas pressões de relocalização. Ao mesmo tempo, em certas zonas existem desafios crescentes no que diz respeito ao acesso à habitação a preços acessíveis, sobretudo onde o alojamento temporário e os serviços de turismo reduzem significativamente o parque habitacional, contribuindo para o fenómeno dos sem-abrigo, a gentrificação e a exclusão social.
- (28) **Desequilíbrios demográficos e sociais:** o envelhecimento, a migração nacional e intraeuropeia, incluindo o despovoamento, colocam desafios aos sistemas de proteção social da Europa e ao desenvolvimento local e regional. Estas dinâmicas demográficas têm implicações sociais graves, nomeadamente no aumento da exclusão social e das desigualdades, bem como desafios

associados à prestação de serviços públicos, aos mercados de trabalho e à habitação. O envelhecimento e a migração apontam para uma maior concentração nas zonas urbanas, a par do despovoamento das zonas rurais e periféricas, em especial no que diz respeito às zonas remotas que carecem de acesso aos serviços públicos e às oportunidades económicas e sociais. Os fluxos migratórios extraeuropeus, incluindo a emigração de jovens e talentos e a imigração de refugiados, podem agravar estes desafios.

- (29) **Digitalização e a 4.^a revolução industrial:** a digitalização e as tecnologias disruptivas moldarão o desenvolvimento económico e societal na Europa. A 4.^a revolução industrial conduzirá a fusões de tecnologias e as linhas entre os sistemas físicos, digitais e biológicos tornar-se-ão difusas, transformando significativamente o mercado de trabalho. A concentração económica e as novas soluções técnicas rapidamente implementadas em todo o mundo criam cada vez mais economias em que «o vencedor fica com tudo», o que confere uma relevância adicional às regiões e às aglomerações urbanas em termos de transição económica. Para se prepararem para as transições e para formularem políticas eficazmente, as autoridades públicas e os decisores políticos têm de estar sempre a inovar e a encetar diálogos com as partes interessadas. Este aspeto também requer ter em consideração os direitos à proteção de dados e à privacidade, a administração pública digitalizada e a transformação digital europeia. As clivagens nos domínios da educação, das competências digitais e do acesso em banda larga constituem um fator determinante para o aumento das desigualdades territoriais. Em muitos casos, os idosos e as pessoas que vivem em zonas rurais remotas (por exemplo, em zonas montanhosas ou em ilhas) estão em risco de exclusão dos processos de transformação digital.
- (30) **Emprego e desenvolvimento económico:** na Europa, as economias locais e regionais estão altamente interligadas e interdependentes através de cadeias de valor complexas. As perspetivas económicas e de emprego são afetadas pelas condições de desenvolvimento local que escapam à influência dos decisores políticos locais, regionais, nacionais e europeus. Alguns territórios tendem a apresentar um melhor desempenho económico e oportunidades de emprego, por exemplo, devido aos níveis elevados de competitividade, à

capacidade financeira e de investimento, às condições atrativas para os investimentos, aos climas de negócios favoráveis, às infraestruturas regionais desenvolvidas, aos sistemas de inovação regional eficazes, aos níveis elevados das atividades de investigação, desenvolvimento e inovação, ao acesso ao ensino de boa qualidade, à mão-de-obra qualificada, bem como aos bons ambientes empresariais e naturais. Tal reforça a posição relativa dos territórios com melhores condições e perpetua ainda mais as disparidades e os desequilíbrios. Outro aspeto importante é o crescimento urbano e o desenvolvimento policêntrico.

- (31) **Interdependências entre os territórios:** embora alguns territórios na Europa se estejam a afastar, há também interdependências crescentes entre os territórios. Estas externalidades positivas e negativas significam que os desenvolvimentos que ocorrem num território afetam o potencial noutro, pelo que as mudanças registadas numa parte da Europa podem afetar outras partes do continente. Estas interdependências são mais visíveis na concentração de economias e nas disparidades crescentes entre as zonas prósperas (muitas vezes metropolitanas) e as zonas em declínio (muitas vezes rurais). Na Europa e a nível nacional, também são visíveis na divisão persistente entre o centro e a periferia. As disparidades e as diferenças observadas a nível dos sistemas jurídicos, sociais e políticos nas fronteiras internas, e sobretudo nas fronteiras externas da UE, afetam o desenvolvimento local e regional. Os obstáculos à integração entre os territórios podem resultar numa subutilização dos recursos humanos, culturais, económicos e ecológicos nas regiões fronteiriças, agravando a sua posição periférica e a exclusão social.
- (32) **Integração global:** a Europa está altamente interligada na economia global. Na Europa, o desenvolvimento local e regional é afetado por estratégias globais e por evoluções geopolíticas e socioeconómicas que escapam à influência dos decisores políticos locais e regionais, nomeadamente a dinâmica na Eurásia e no Mediterrâneo. Muitos cidadãos e empresas europeus participam em redes sociais e económicas mundiais. Consequentemente, o desenvolvimento nas regiões europeias, nas áreas metropolitanas e nas cidades está ligado a outros territórios e aos fluxos de bens, serviços, investimentos, pessoas e ideias à escala mundial. Em suma, os

desenvolvimentos exógenos influenciam as perspetivas de desenvolvimento dos territórios na Europa. Na Europa, nem o potencial nem as vulnerabilidades ligadas aos desenvolvimentos globais são distribuídos uniformemente. Além disso, a pandemia de COVID-19 expôs a fragilidade das cadeias de abastecimento globais e a falta de resiliência em diversos setores económicos e territórios.

Desenvolvimento sustentável e alterações climáticas

Aumento das pressões sobre o ambiente

- (33) Na Europa, os desafios mundiais em matéria de desenvolvimento sustentável são altamente relevantes para o desenvolvimento local e regional e para as condições de vida, sobretudo no que diz respeito às alterações climáticas, à degradação ambiental e à transição para a neutralidade climática. A necessidade cada vez mais premente de dar resposta às alterações climáticas, à resiliência e a uma transição para um desenvolvimento mais sustentável é realçada nos debates políticos e societais, tal como salientado pelos «Objetivos de Desenvolvimento Sustentável» das Nações Unidas. Estas preocupações estão estrategicamente traduzidas numa agenda da UE por intermédio do Pacto Ecológico Europeu e dos relatórios por país do Semestre Europeu. A transição para um desenvolvimento sustentável comporta diferentes potenciais e desafios para as zonas rurais, cidades e regiões.
- (34) São necessárias ações nos domínios que se seguem:
- (35) **Alterações climáticas:** os impactos das alterações climáticas variam consideravelmente entre as regiões geográficas europeias com diferentes graus de vulnerabilidade. Os riscos acrescidos da subida do nível do mar, das ondas de calor, dos incêndios florestais, da seca, da desertificação, outras formas de degradação das terras e dos solos, das inundações e outros perigos naturais e perigos naturais e técnicos mistos exigem respostas de base local, cooperação e políticas coordenadas. As medidas de atenuação e de adaptação no domínio das alterações climáticas podem até proporcionar novas oportunidades de desenvolvimento para os territórios. Tal pode abranger a

agricultura, a bioeconomia, as economias verde, azul e circular e a produção de energia renovável. Os impactos das alterações climáticas, bem como as medidas de atenuação e de adaptação dependem do contexto territorial e requerem respostas específicas a todos os níveis.

- (36) **Perda de biodiversidade e utilização dos solos:** a rápida perda de biodiversidade provocada pelo homem comporta riscos graves para os ecossistemas e para as condições de vida a longo prazo, o que afeta os meios de subsistência, a qualidade de vida e as economias locais. A ocupação e a utilização crescentes da costa e das terras, a impermeabilização dos solos e a expansão urbana, reduzem os espaços abertos, a biodiversidade e o solo fértil, ao mesmo tempo que contribuem para a formação de ilhas de calor urbanas que afetam o funcionamento dos ecossistemas. Simultaneamente, as zonas abandonadas, degradadas e subutilizadas oferecem potencial para as alterações na utilização dos solos.
- (37) **Qualidade do ar, do solo e da água:** trata-se de algo essencial para o bem-estar humano. A poluição atmosférica, o ruído, os solos contaminados e os terrenos e as massas de águas de superfície poluídos causam problemas de saúde graves que se podem correlacionar com a desigualdade social. Existem disparidades no que diz respeito ao acesso ao ar limpo, à água limpa e ao solo limpo não só entre os países e as regiões, como também entre as zonas urbanas e rurais, bem como no interior das cidades e das áreas metropolitanas.
- (38) **Energia segura, acessível e sustentável:** os cidadãos e as empresas europeus precisam de ter acesso aos aprovisionamentos energéticos sustentáveis, seguros e acessíveis. Trata-se de um aspeto importante para o desenvolvimento local e regional. As importações significativas provenientes de países terceiros vulneráveis à instabilidade económica e política aumentam os problemas para a segurança energética. Os preços voláteis da energia e o aumento das emissões evidenciam a necessidade de soluções sustentáveis e resilientes, como a energia renovável, as atividades económicas mais ecológicas e descarbonizadas e outras medidas que aumentem a eficiência energética e reduzam o consumo de energia. A insuficiência de infraestruturas energéticas e a dependência das redes existentes exigem uma produção e um

aprovisionamento energético diversificados, bem como o desenvolvimento e a integração do mercado da energia.

- (39) **Transição justa:** alcançar uma economia com impacto neutro no clima até 2050 requer medidas de descarbonização em toda a Europa. Os custos económicos, ambientais e sociais desta transição são particularmente elevados para os territórios e as populações fortemente dependentes dos combustíveis fósseis e das indústrias que emitem gases com efeito de estufa significativos. O objetivo da transição justa é garantir que os progressos no sentido de uma economia com impacto neutro no clima se concretiza de forma justa, que não deixa ninguém e nenhum território para trás e que proporciona uma elevada qualidade de vida para todos. Para uma economia com impacto neutro no clima até 2050, são necessários investimentos nos territórios negativamente afetados pelo processo de transição que permitam às regiões e às pessoas dar resposta aos impactos sociais, económicos e ambientais associados à transição.
- (40) **Cadeias de valor circulares:** a economia circular é um objetivo importante para a economia neutra em carbono/com impacto neutro no clima. A economia circular visa fechar os ciclos de materiais e de energia através da conceção para a durabilidade, da manutenção, da reparação, da reutilização, da retransformação, da renovação e da reciclagem. Os processos de simbiose industrial nas cadeias de valor regionais são importantes. A transição das economias da Europa para um modelo de base local neutro em termos de carbono/com impacto neutro no clima tem uma dimensão territorial e pode reforçar as regiões funcionais. A prosperidade económica nos territórios depende da competitividade e da criatividade das suas empresas e empresas em fase de arranque, bem como dos recursos, das características e das tradições locais, do capital cultural, social e humano e das capacidades de inovação. Em geral, as zonas urbanas estão mais bem posicionadas para assimilar as tendências conexas do que as zonas escassamente povoadas e as zonas periféricas interiores, que muitas vezes carecem de massa crítica. As cidades e as cidades de menor dimensão, bem como os territórios com elevados níveis de trabalho artesanal beneficiarão igualmente da economia circular em termos de reparação, reutilização e partilha de atividades a nível local e regional.

Natureza, paisagem e património cultural: o património natural e cultural é um bem de desenvolvimento local e regional que oferece oportunidades únicas para o desenvolvimento e para as condições de vida de elevada qualidade. A utilização sustentável e eficaz dos recursos deve beneficiar as comunidades locais e promover oportunidades para as empresas locais. Contudo, a sobre-exploração destes bens pode ameaçar uma economia local ou regional. A urbanização, a agricultura e a pesca intensivas, a produção de energia, a exploração mineira, as atividades industriais, os transportes e outros desenvolvimentos no domínio das infraestruturas, sobretudo quando descoordenados, podem causar graves problemas. A exploração intensiva e descoordenada do espaço marítimo e dos recursos marinhos pode ter um impacto no desenvolvimento sustentável, enquanto as alterações na utilização dos solos e dos mares, a urbanização e o turismo de massa ameaçam os bens culturais e as paisagens e podem fragmentar os *habitats* naturais e os corredores ecológicos.

Necessidade de ação

- (41) Na Europa, as desigualdades crescentes entre os territórios e as pessoas, bem como os desenvolvimentos não sustentáveis atingiram um nível crítico. É necessária uma maior ação concertada a todos os níveis geográficos e de governação para assegurar perspetivas futuras positivas para todas as pessoas, comunidades e territórios na Europa. É altura de compreender melhor e de dar uma resposta adequada aos impactos territoriais associados às políticas setoriais. Procuramos contribuir para o desenvolvimento sustentável e para manter a Europa unida, através da execução das seguintes prioridades territoriais para a Europa.

III Prioridades territoriais para a Europa

(42) Garantir um futuro sustentável para todos os territórios e pessoas na Europa requer medidas baseadas:

- num entendimento comum de que as necessidades de desenvolvimento e os impactos inerentes aos futuros desenvolvimentos diferem entre os territórios na Europa, que pode ser reforçado através de intercâmbios de conhecimentos e de experiências adquiridas a partir de soluções específicas e dos seus regimes de apoio conexos; e
- na cooperação e coordenação entre os territórios, os níveis de governo, os setores políticos e os grupos sociais para dar resposta às questões complexas e aproveitar o potencial diverso, nomeadamente através da política de coesão da UE, da política de desenvolvimento rural, do programa Interreg ou de outros instrumentos que reforcem o desenvolvimento territorial ou local integrado.

(43) Por conseguinte, definimos dois objetivos globais: uma Europa justa e uma Europa verde, que abrangem seis prioridades para desenvolver o território europeu no seu conjunto, juntamente com todos os seus territórios:

UMA EUROPA JUSTA

que oferece perspetivas futuras a todos os territórios e pessoas

(44) As prioridades para uma Europa justa salientam a dimensão territorial e as contribuições do ordenamento do território para as principais prioridades políticas. Estas prioridades incluem a coesão económica, social e territorial, o pilar europeu dos direitos sociais, uma Europa mais próxima dos cidadãos, um desenvolvimento mais inclusivo, sustentável e integrado dos territórios, a transição justa e a integração territorial na Europa.

EUROPA EQUILIBRADA

Desenvolvimento territorial mais equilibrado utilizando a diversidade da Europa

- (45) A diversidade territorial da Europa oferece um potencial de desenvolvimento considerável, o que pode contribuir para um desenvolvimento territorial mais equilibrado, combatendo a concentração excessiva, reforçando os polos de crescimento secundários e reduzindo as desigualdades entre as pessoas e os territórios. A cooperação por intermédio das redes policêntricas das cidades, das áreas metropolitanas e das regiões contribui para disseminar o potencial de desenvolvimento de uma forma mais otimizada. Por conseguinte, tomaremos medidas para encorajar os bairros, as comunidades, os municípios, os distritos, as regiões e os Estados-Membros a cooperarem no sentido de dar resposta aos desafios sociais globais e a melhorarem as condições de trabalho, de vida e empresariais em todos os territórios, bem como a reforçarem a prosperidade socioeconómica, a capacidade de inovação, as posições nas cadeias de valor globais e a competitividade global em toda a Europa.
- (46) A polarização entre o centro da Europa e a sua periferia, as suas capitais, áreas metropolitanas, cidades, zonas rurais e zonas com particularidades geográficas e demográficas compromete o desenvolvimento territorial equilibrado. As cidades de pequena e média dimensão, em particular, têm potencial subexplorado para atenuar a polarização. Desempenham um papel crucial no desenvolvimento económico e no bem-estar social regional, em especial no que diz respeito à acessibilidade nacional e internacional e ao acesso adequado aos serviços a nível local e regional. As redes policêntricas podem contribuir ainda para os transportes mais sustentáveis. Convidamos os decisores políticos de todos os níveis a promoverem os modelos de desenvolvimento policêntrico que ofereçam uma função a todos os territórios.
- (47) A Europa é constituída por diversos territórios, como as zonas costeiras, as ilhas, as zonas montanhosas, as zonas periféricas interiores, as planícies, os vales fluviais e as bacias lacustres. Todos estes territórios têm desafios e potencial de desenvolvimento únicos, embora o afastamento e as

características distintas das regiões ultraperiféricas signifiquem que enfrentam desafios de desenvolvimento específicos. Tomaremos medidas para encorajar os decisores políticos, em todos os níveis de governação, a libertarem o potencial único dos territórios com geografias específicas e a darem uma resposta adequada aos condicionalismos destas zonas mediante abordagens integradas e de cooperação.

REGIÕES FUNCIONAIS

Desenvolvimento local e regional convergente, menos desigualdade entre os territórios

- (48) As cidades de todas as dimensões são motores de desenvolvimento económico e social e territórios atrativos para viver, trabalhar, visitar e investir. A cooperação e a criação de redes nas e entre as cidades e as suas zonas circundantes na mesma região funcional criam perspetivas de desenvolvimento para todos os territórios, tendo em conta a necessidade de promover as ligações entre as zonas urbanas e as zonas rurais. Muitas vezes, estas regiões funcionais rompem as delimitações administrativas existentes. Diferem de acordo com o carácter funcional e a interligação, são altamente dinâmicas e podem mudar ao longo do tempo. Os decisores políticos das cidades que olham para lá das suas fronteiras administrativas com vista a cooperar com as suas zonas circundantes, podem ajudar os seus territórios a servirem de motores para o crescimento intrarregional, beneficiando, e não prejudicando, as suas comunidades e as zonas rurais circundantes. Unidas, as cidades e as zonas circundantes podem garantir um ambiente de vida saudável e acessível, evitando uma maior expansão urbana e reduzindo a ocupação de terras. Procuraremos dialogar com os decisores políticos das cidades de todas as dimensões para a aplicação de uma abordagem de governação a vários níveis integrada. Tal significa o envolvimento de pessoas de diferentes níveis de governação, em especial os locais e regionais, bem como diversos setores políticos e grupos sociais.
- (49) A Europa é constituída por diversas zonas urbanas, periurbanas, rurais, periféricas e escassamente povoadas, algumas das quais estão sujeitas à

segregação ou enfrentam um despovoamento acentuado. O seu desenvolvimento está estreitamente relacionado com as características locais únicas e com as relações com outros territórios, com a acessibilidade e o acesso aos serviços públicos, com as oportunidades de educação e as ligações à Internet, com as atividades económicas diversificadas e o empreendedorismo, bem como com as suas funções ecológicas e os serviços ecossistémicos. À escala urbana, estes aspetos são abordados na nova Carta de Leipzig. Colaboraremos com os decisores políticos locais e regionais para reforçar a cooperação em matéria de estratégias de base local a longo prazo para estas zonas e para dar resposta às ligações funcionais sustentáveis entre as zonas vizinhas, nomeadamente através do ordenamento do território e dos instrumentos da política de coesão da UE, da política de desenvolvimento rural e das políticas da UE, como os investimentos territoriais integrados, o desenvolvimento local de base comunitária (DLBC – LEADER) ou quaisquer outros instrumentos que reforcem o desenvolvimento territorial ou local integrado. Estes podem já existir no território.

INTEGRAÇÃO PARA LÁ DAS FRONTEIRAS

Vida e trabalho mais facilitados para lá das fronteiras nacionais

- (50) A cooperação territorial e marítima entre os territórios em diferentes países ajuda a aproveitar melhor o potencial de desenvolvimento e a dar resposta aos desafios comuns. Unir esforços para lá das fronteiras, nomeadamente através dos programas e projetos Interreg, pode criar uma massa crítica em prol do desenvolvimento e promover sinergias, diminuindo, ao mesmo tempo, a fragmentação económica, social e ambiental e as externalidades negativas. Tal inclui os ecossistemas, o património natural e cultural, os mercados de trabalho, a prestação de serviços públicos e as redes de cidades divididas pelas fronteiras internas, externas, terrestres ou marítimas. Tomaremos medidas para incorporar a cooperação transfronteiras, transnacional e inter-regional estável nas estratégias de desenvolvimento macrorregional, nacional, regional e local. Os exemplos de abordagens estáveis que facilitam a cooperação entre as zonas administrativas para além dos projetos individuais

incluem a cooperação estratégica no âmbito do Interreg, a iniciativa sobre as Comunidades de Conhecimento e Inovação do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (iniciativas CCI EIT), as plataformas para a estratégia de especialização inteligente (S3), os consórcios para as cadeias de valor estratégicas da UE, a cooperação no âmbito do programa Horizonte Europa, os Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT), os programas tradicionais da política de coesão da UE, as estratégias macrorregionais, a cooperação intermetropolitana, a governação das regiões funcionais, o planeamento transfronteiras e os acordos jurídicos transfronteiras. Também apoiamos o desenvolvimento de novos documentos estratégicos, se necessário, e a promoção do codesenvolvimento que envolva os cidadãos além-fronteiras.

- (51) Subsistem ainda muitos obstáculos jurídicos e administrativos no que diz respeito ao aprofundamento da cooperação para lá das fronteiras. Intensificaremos o diálogo com os decisores políticos a todos os níveis de governação para coordenar as políticas setoriais nacionais entre os países e para reduzir os obstáculos existentes à cooperação.

UMA EUROPA VERDE

que protege os meios de subsistência comuns e executa
a transição social

- (52) As prioridades da Europa verde salientam as contribuições da dimensão territorial e do ordenamento do território para as prioridades políticas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, a Convenção sobre a Diversidade Biológica, o Pacto Ecológico Europeu, o Acordo de Paris, a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030, a Convenção Europeia da Paisagem e a estratégia da UE para as florestas. Outras prioridades relevantes prendem-se com a preparação da Europa para a era digital, a mobilidade sustentável e uma rede europeia de transportes totalmente integrada, a transição para uma economia circular na Europa e a aplicação de uma abordagem ecossistémica.

AMBIENTE SAUDÁVEL

Melhores meios de subsistência ecológicos, cidades e regiões com impacto neutro no clima e resilientes

- (53) Os ecossistemas, nomeadamente os ecossistemas agrícolas, florestais, de pastagens, de água doce e marinhos, são fundamentais para a existência humana e importantes para o desenvolvimento sustentável a longo prazo. É uma responsabilidade conjunta garantir que sejam acessíveis ao público em geral de forma sustentável, funcionais, resilientes, melhorados, que se encontrem em condições saudáveis e que gerem receitas para as populações e as empresas locais. Tal ajuda a atenuar as alterações climáticas, a combater a perda de biodiversidade, a garantir a prestação de serviços ecossistémicos e a sensibilizar o público para tudo o que precede. Tendo em consideração as diferentes particularidades geográficas, a gestão integrada é particularmente importante. Apoiamos o desenvolvimento de soluções baseadas na natureza, bem como de redes de infraestruturas verdes e azuis que liguem os ecossistemas e as zonas protegidas inseridos no ordenamento do território, a gestão das terras e outras políticas, bem como o desenvolvimento de novos instrumentos de gestão de crises para aumentar a segurança e a resiliência dos territórios.
- (54) As alterações climáticas e a perda de biodiversidade comportam o risco de debilitar os meios de subsistência. A gestão de riscos e de catástrofes, bem como as medidas de prevenção são importantes para criar comunidades resilientes. Respeitaremos os limites naturais dos meios de subsistência comuns da Europa e aumentaremos a resiliência de todos os territórios afetados pelas alterações climáticas. Tal pode ser feito mediante o desenvolvimento de estratégias locais e regionais para as cidades e as regiões com impacto neutro no clima. As eventuais medidas de atenuação e de adaptação incluem a promoção do uso dos solos sustentável, de espaços abertos e zonas verdes públicas, a restauração de terrenos e zonas costeiras degradadas, o combate à desflorestação e a preservação dos oceanos e das massas de água. Outras medidas podem incluir a prevenção da expansão urbana e de ilhas de calor urbanas, a implantação de infraestruturas verdes,

melhorar a qualidade do ar, assegurar a ausência de ocupação líquida de território até 2050, reforçar a prestação de serviços ecossistémicos e melhorar a integração do ordenamento do espaço terrestre e marítimo.

- (55) O património natural e cultural da Europa é um bem único e diversificado que deve ser protegido, gerido e desenvolvido mais aprofundadamente. As zonas ricas em património natural e cultural ou as paisagens únicas necessitam de utilizar da melhor forma estes bens e o seu potencial inexplorado. Precisam de conciliar a conservação da natureza, a utilização sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento económico, nomeadamente mediante a criação de empregos respeitadores do ambiente, a promoção do crescimento e do bem-estar da comunidade ou mediante o trabalho com empresários sociais inovadores. Concentrar-nos-emos no reforço da sensibilização e da capacitação das comunidades locais e regionais para proteger, reabilitar, utilizar e reutilizar os seus ambientes (construídos), paisagens, bens culturais materiais e imateriais e outros valores únicos através de instrumentos da política de coesão da UE, da política de desenvolvimento rural, do ordenamento do território ou de quaisquer outros instrumentos que reforcem o desenvolvimento territorial ou local integrado, entre outros. Estes podem já estar efetivamente presentes no território.

ECONOMIA CIRCULAR

Economias locais fortes e sustentáveis num mundo globalizado

- (56) A circularidade significa gerir os fluxos de materiais, de água e de energia. Engloba a reutilização e a reciclagem de produtos, incluindo os edifícios, os materiais de construção e as águas residuais com base na avaliação do ciclo de vida e na renovação energética dos edifícios. A transição das economias da Europa para uma economia circular de base local e neutra em carbono/com impacto neutro no clima depende da competitividade e dos recursos dos intervenientes locais e regionais. Numa economia globalizada, tal requer a criação de processos de simbiose industrial que reúnam a competitividade global e os recursos locais. Apoiamos a transição da Europa para uma economia circular e o desenvolvimento de processos de simbiose industrial de

base local, tendo igualmente em conta a necessidade de uma utilização sustentável dos solos e das terras.

- (57) Para melhor utilizar os recursos territoriais multifacetados da Europa na transição para uma economia circular, apoiamos o desenvolvimento de estratégias de economia circular locais e regionais que liguem as economias locais e globais. Estas estratégias devem ter por base os recursos locais e a capacidade de inovar, associando ao mesmo tempo os processos de transição energética e económica para uma economia circular de base local. As estratégias de especialização inteligente e as políticas europeias de investigação e inovação, como o programa Horizonte Europa ou a iniciativa de programação conjunta Europa Urbana, podem desempenhar um papel importante na transição para a economia circular.
- (58) Os produtos locais, os mercados, os ambientes empresariais, a formação, o empreendedorismo, uma maior autossuficiência e comunidades sólidas são importantes para criar economias locais resilientes e benefícios para o ambiente. As economias locais diversificadas ajudam a reduzir a vulnerabilidade associada às forças externas, coadjuvando ao mesmo tempo os processos de transição energética e económica. Incentivamos o reforço das capacidades de inovação em todas as regiões, incluindo as estratégias locais para a transição energética e as medidas nos setores da construção, dos transportes e da bioeconomia.

LIGAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Conectividade digital e física sustentável dos territórios

- (59) As ligações físicas e digitais são importantes para as sociedades e para as economias europeias e comportam importantes desafios ambientais. Por conseguinte, são necessárias formas inteligentes, sustentáveis e seguras de transporte e de conectividade, sobretudo para apoiar as prioridades de uma Europa equilibrada e regiões funcionais.
- (60) A transição para uma sociedade digital sustentável pode apoiar os desenvolvimentos descentralizados e sustentáveis. A ciberinclusão que permite

às pessoas, às empresas e aos territórios beneficiarem da digitalização, depende do acesso justo e acessível à Internet de alta qualidade, às redes de telemóveis de nova geração e às competências digitais – tendo ao mesmo tempo em conta as questões de sustentabilidade e de saúde. Tal diz particularmente respeito ao acesso à administração pública em linha e aos serviços eletrónicos de interesse geral que afetam a qualidade de vida e a competitividade dos territórios. Convidaremos as partes interessadas a encetar um diálogo sobre a necessidade de um acesso adequado, em todos os territórios, às redes de comunicação fixas e móveis de alta velocidade e a necessidade de uma infraestrutura digital com uma baixa pegada de carbono e impactos reduzidos na saúde humana. Tal pode ajudar a garantir condições de vida e comerciais adequadas em toda a Europa.

- (61) O acesso ao transporte intermodal de mercadorias e de passageiros é importante para todos os territórios da Europa. As soluções de transporte eficientes e respeitadoras do ambiente assumem cada vez mais uma importância para a consecução dos objetivos em matéria de clima, poluição atmosférica, ruído, acessibilidade e conectividade para todas as regiões na Europa. Tal inclui os modos de transporte individuais, bem como o transporte combinado. Continuaremos a melhorar as ligações entre o planeamento regional e o desenvolvimento de redes transeuropeias (RTE), sobretudo ao longo dos corredores da rede principal. Ligar todos os territórios aos nós de transporte principais fortalece as ligações comerciais internacionais e as oportunidades de desenvolvimento local. A política de coesão da UE e o Mecanismo Interligar a Europa são importantes para a consecução deste objetivo.
- (62) As redes de transporte secundárias e locais fiáveis que estejam ligadas às redes transnacionais e aos centros urbanos são essenciais para a qualidade de vida e para as oportunidades de negócio. Tal diz particularmente respeito às cidades, às zonas rurais, periféricas e escassamente povoadas, às ilhas, às zonas montanhosas e às regiões ultraperiféricas. Convidamos os ordenadores do território e os responsáveis pelo planeamento dos transportes a explorarem novos modelos social e ambientalmente avançados para a mobilidade enquanto serviço local e regional e a cooperarem na acessibilidade multimodal

e respeitadora do ambiente dos centros urbanos e no interior destes. Os instrumentos da política de coesão, os planos de mobilidade urbana sustentável e quaisquer outros instrumentos que reforcem o desenvolvimento territorial ou local integrado são importantes para este fim e podem já estar efetivamente presentes no território.

IV Colocar as prioridades em ação

(63) As prioridades enunciadas na Agenda Territorial 2030 necessitam de ser apoiadas por ações provenientes dos intervenientes empenhados. Só depois é possível abordar adequadamente as prioridades e as preocupações da Agenda Territorial sobre as desigualdades espaciais e a transição para uma economia neutra em carbono/com impacto neutro no clima. Em conjunto, as ações devem reforçar:

- a governação a vários níveis;
- as abordagens de base local;
- os impactos e a coerência territoriais da política setorial coordenada;
- a cooperação entre os territórios;
- a coesão territorial a nível europeu;
- a coesão territorial a nível transfronteiras, transnacional e inter-regional e intrarregional; e
- as contribuições dos Estados-Membros e dos países vizinhos para a coesão territorial.

(64) Os pontos precedentes estão estreitamente relacionados com os princípios da boa governação urbana salientados na nova Carta de Leipzig. Os pontos dizem respeito a uma política urbana orientada para o bem comum, a uma abordagem integrada, à participação e à cocriação, à governação a vários níveis e a uma abordagem de base local.

Apelar aos principais intervenientes

(65) A aplicação da Agenda Territorial assenta na cooperação informal a vários níveis entre os Estados-Membros, as autoridades subnacionais, a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu, o Comité das Regiões Europeu, o Comité Económico e Social Europeu, o Banco Europeu de Investimento e outros intervenientes relevantes. A aplicação da Agenda Territorial beneficiaria da

cooperação com os responsáveis pela Agenda Urbana, da nova Carta de Leipzig, da política de coesão e de desenvolvimento rural da UE, da implementação do plano de recuperação da UE e das estratégias macrorregionais e de bacia marítima da UE.

- (66) **A cooperação intergovernamental dos Estados-Membros** reforçará a cooperação em matéria de prioridades da Agenda Territorial a nível europeu com a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu, o Comité das Regiões Europeu, o Comité Económico e Social Europeu e o Banco Europeu de Investimento. Bienalmente, os Estados-Membros debaterão os progressos registados na aplicação da Agenda Territorial, sobretudo no que diz respeito às iniciativas e às medidas, numa reunião da rede de pontos de contacto para a coesão territorial (NTCCP). As conclusões sobre estes progressos serão debatidas nas reuniões dos diretores-gerais responsáveis pelo ordenamento e desenvolvimento do território (DGTC). Para reforçar o diálogo sobre a interação entre o desenvolvimento territorial e as políticas setoriais, as reuniões dos diretores-gerais responsáveis pelo ordenamento e desenvolvimento do território poderão incluir uma sessão conjunta com os representantes das políticas setoriais com relevância para os territórios.
- (67) **Cada Estado-Membro** promoverá as prioridades da Agenda Territorial e envolverá os intervenientes relevantes em todas as políticas setoriais e em todos os níveis de governo. Tal inclui promover a Agenda Territorial mediante processos de planeamento estratégico, espacial e territorial a nível nacional, acordos de parceria e programas para a política de coesão da UE, planos de recuperação nacionais e outros fundos da UE, sublinhando a importância do princípio da subsidiariedade para definir a natureza dos territórios e para garantir intervenções e apoio específicos em cada Estado-Membro. Inclui comunicar a Agenda Territorial e trabalhar para a coesão territorial a nível nacional, juntamente com os ministérios setoriais, com as autoridades subnacionais e com a sociedade civil.
- (68) **As autoridades e os organismos subnacionais**, incluindo as autoridades e os organismos a nível local e regional e as suas associações regionais, são convidados a aplicar a Agenda Territorial e a tomar medidas para envolverem

os intervenientes relevantes. Tal abrange considerar a inclusão das prioridades da Agenda Territorial no seu planeamento do território e as estratégias e políticas de desenvolvimento globais, bem como inspirar-se nas ações-piloto e apresentar as suas próprias propostas para novas ações-piloto. Em especial, são encorajados a cooperar com os territórios e as localidades vizinhos que apresentem potencial ou desafios similares ou complementares e com os intervenientes envolvidos. Além disso, as autoridades subnacionais são convidadas a assumirem um papel ativo nos debates regionais, nacionais e europeus sobre a aplicação da Agenda Territorial.

- (69) **A Comissão Europeia** é convidada a contribuir para as prioridades da Agenda Territorial e a intensificar os seus esforços para promover a coesão territorial na Europa, a dimensão territorial nas políticas da UE e coordenar as políticas setoriais. Tal pode incluir o reforço da dimensão territorial no Semestre Europeu e nas avaliações de impacto utilizando os instrumentos disponíveis para avaliar os impactos territoriais e um maior envolvimento das partes interessadas, bem como continuar a promover – no âmbito da política de coesão da UE e de outras políticas da UE pertinentes – o desenvolvimento territorial integrado, a adoção de ferramentas e instrumentos relevantes, a cooperação territorial, acompanhando e inspirando-se nas ações-piloto.
- (70) **O Parlamento Europeu** é convidado a tomar nota da Agenda Territorial e a considerar as suas prioridades na Comissão do Desenvolvimento Regional (REGI) e outras comissões e intergrupos que tenham uma dimensão territorial. Tal pode incluir a defesa das prioridades da Agenda Territorial nos processos legislativos da UE.
- (71) **O Comité das Regiões Europeu**, enquanto órgão consultivo da União Europeia que representa formalmente as regiões e os municípios a nível da UE, é convidado a contribuir para a implementação e evolução ulterior da Agenda Territorial. Para o efeito, o Comité das Regiões Europeu é convidado a informar os seus membros sobre a Agenda Territorial e sobre os progressos realizados a nível da implementação. É igualmente convidado a encorajar as autoridades locais e regionais na Europa a aplicarem a Agenda Territorial, a cooperarem com os territórios e com as localidades vizinhos, a retirarem

ensinamentos das ações-piloto e a apresentarem as suas próprias propostas para novas ações-piloto. O Comité das Regiões Europeu também é convidado a promover os objetivos da Agenda Territorial a nível europeu através do seu trabalho consultivo. É ainda convidado a promover a adoção e o desenvolvimento ulterior de ferramentas e de instrumentos territoriais, como as avaliações do impacto territorial, os Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT) e o desenvolvimento territorial integrado no âmbito da política de coesão da UE.

- (72) **O Comité Económico e Social Europeu** é convidado a informar os seus membros sobre as prioridades da Agenda Territorial e a encorajá-los a cooperarem na sua implementação. Tal inclui salientar a importância dos parceiros da sociedade civil para assegurar um futuro sustentável para todos os territórios e reforçar o desenvolvimento local de base comunitária e qualquer outro instrumento que facilite o desenvolvimento territorial integrado e a cooperação. Além disso, é convidado a defender as prioridades da Agenda Territorial em debates políticos a nível europeu.
- (73) **O Grupo do Banco Europeu de Investimento** é convidado a refletir as prioridades e as ações da Agenda Territorial, conforme adequado, na sua abordagem de concessão de empréstimos, de concessão mista de subvenções e empréstimos e de serviços de aconselhamento, tendo em conta a necessidade de apoiar as estratégias de desenvolvimento territorial sustentável sem comprometer a sua disciplina financeira. Uma vez que o Grupo BEI pode desempenhar um papel importante no financiamento de investimentos sustentáveis de todas as dimensões em domínios abrangidos pela Agenda Territorial, é convidado a contribuir para as ações-piloto, em especial para apoiar o desenvolvimento de melhores abordagens de financiamento no contexto territorial em complementaridade com a Comissão Europeia. Tal pode incluir o apoio aos investimentos sensíveis à dimensão territorial através da concessão de empréstimos, da concessão mista de subvenções e de empréstimos e do aconselhamento aos Estados-Membros e aos principais intervenientes sobre a preparação e a implementação de projetos territoriais, bem como sobre a utilização de instrumentos financeiros.

- (74) **As associações europeias e nacionais** que abordem o desenvolvimento espacial e/ou representem administrações públicas locais e regionais são convidadas a informarem os seus membros sobre as prioridades da Agenda Territorial e a incentivá-los a aplicar a agenda, a cooperarem com os territórios e as localidades vizinhos, a retirarem ensinamentos das ações-piloto e a apresentarem as suas próprias propostas para novas ações-piloto. Além disso, são encorajadas a defender os objetivos da Agenda Territorial nos debates políticos a nível transnacional e europeu.

Implementação através de medidas específicas

- (75) Para implementar a Agenda Territorial, podem ser tomadas medidas a qualquer nível de governação e podem variar em termos de carácter e objetivo. Cada interveniente-chave é convidado a implementar a Agenda Territorial no contexto do seu mandato regular. Só depois é possível abordar adequadamente as desigualdades sociais e a transformação societal para uma economia neutra em carbono/com impacto neutro no clima.
- (76) Para inspirar ações conjuntas em toda a Europa, as ações-piloto demonstram, analisam e desenvolvem práticas que contribuem para a realização das prioridades da Agenda Territorial. Estas ações refletem o aumento do reconhecimento da importância de políticas de base local, mostrando de que modo a dimensão territorial das políticas regionais, nacionais e europeias pode ser ativamente abordada. Focalizam-se na aprendizagem, na partilha de boas práticas, nos grupos de trabalho conjuntos que desbravam caminhos ou na execução. Todas as pessoas são encorajadas a acompanhar de perto estas ações, a inspirarem-se e a apresentarem propostas para novas ações. As ações que abordam as prioridades da Agenda Urbana, da nova Carta de Leipzig e da Agenda Territorial podem reforçar as ligações entre as políticas urbanas e territoriais.

Coordenação

- (77) As atividades da Agenda Territorial serão coordenadas pelas reuniões dos diretores-gerais responsáveis pelo ordenamento e desenvolvimento do território (DGTC), preparadas pelos pontos de contacto para a coesão territorial (NTCCP) e apoiadas pelo grupo de trabalho para a Agenda Territorial (TAWG).
- (78) O próximo programa de cooperação do OROTE continuará e reforçará o apoio e o aconselhamento ao processo de implementação e às Presidências do Conselho da UE, por exemplo, mediante atividades de acompanhamento e mediante uma comunicação mais centrada nos dados e nos conhecimentos relacionados com a Agenda Territorial 2030.
- (79) As atividades de coordenação da Agenda Territorial 2030:
- envidarão esforços no sentido de assegurar que as atividades e as ações-piloto são transparentes, concebidas e apoiadas pelos (representantes dos) Estados-Membros, pelos intervenientes subnacionais e pela Comissão Europeia, reforçando-se mutuamente e tendo um impacto favorável superior na elaboração de políticas da UE e nacionais;
 - procederão à revisão regular dos progressos realizados a nível da implementação e das ações-piloto; e
 - comunicarão os objetivos e as prioridades da Agenda Territorial, bem como os progressos realizados a nível da implementação aos intervenientes a nível subnacional, nacional e europeu.

Acompanhamento

- (80) As futuras Presidências do Conselho da UE são convidadas a acompanhar a Agenda Territorial 2030 e a continuar a reforçar a sua comunicação, aplicação e governação:
- (81) **Comunicação** sobre os progressos realizados a nível da aplicação da Agenda Territorial e celebração dos 25.º e 30.º aniversários do Plano de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (1999), em 2024 e 2029, e o 20.º aniversário da Agenda Territorial (2007), em 2027.
- (82) **Aplicação** da Agenda Territorial e um debate sobre os progressos realizados, nomeadamente no que diz respeito às ações-piloto.
- (83) **Governação** com o objetivo de estabelecer um inventário em 2024, incluindo as revisões do sistema de governação, os progressos realizados a nível da implementação e a pertinência das prioridades. Tal será realizado à luz dos preparativos para a política de coesão da UE após 2027. A Presidência do Conselho da UE é convidada a organizar, no primeiro semestre de 2025, uma reunião ministerial informal para decidir sobre a eventual renovação da Agenda Territorial 2030.

